



Escola de Administração Fazendária



Concurso Público - 2009

(Edital ESAF n. 85, de 18/9/09)

Gabarito

2

Cargo:

***Auditor-Fiscal da Receita
Federal do Brasil***

Prova 3

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Autoconfiança é o primeiro segredo para se atingir o sucesso”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

1 - O Conselho Federal de Contabilidade, considerando que a evolução ocorrida na área da Ciência Contábil reclamava a atualização substantiva e adjetiva de seus princípios, editou, em 29 de dezembro de 1993, a Resolução 750, dispondo sobre eles.

Sobre o assunto, abaixo estão escritas cinco frases. Assinale a opção que indica uma afirmativa falsa.

- O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a desnecessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, por representarem a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, a ela dizem respeito no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das Entidades.
- São Princípios Fundamentais de Contabilidade: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência e o da prudência.
- O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.
- A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

2 - Observando o patrimônio da empresa Constituída S.A. e as transações realizadas, encontramos, em primeiro lugar, os seguintes dados contabilizados:

Capital registrado na Junta Comercial	R\$ 40.000,00
Dinheiro guardado em espécie	R\$ 5.500,00
Um débito, em duplicatas, com a GM	R\$ 7.500,00
Um crédito, em duplicatas, com as lojas Sá	R\$ 10.500,00
Um Vectra GM do próprio uso	R\$ 35.000,00
Lucros de períodos anteriores	R\$ 3.500,00

Em seguida, constatamos o pagamento de R\$ 3.000,00 da dívida existente, com descontos de 10%; e a contratação de empréstimo bancário de R\$ 6.500,00, incidindo encargos de 4%, com a emissão de notas promissórias.

Classificando contabilmente os componentes desse patrimônio e considerando as variações provocadas pelas duas transações do exemplo, pode-se dizer que os saldos daí decorrentes, no fim do período, serão devedores e credores de:

- R\$ 51.000,00.
- R\$ 60.500,00.
- R\$ 60.460,00.
- R\$ 61.060,00.
- R\$ 54.540,00.

3 - Considere o exemplo da Chácara Caçula. Ela possui 1.000 frangos de corte para revender. Quatrocentos deles foram comprados de João Batista e ainda não foram pagos. Trezentos desses frangos já foram entregues ao José Maria, mediante uma transação de venda realizada a prazo, em que o preço unitário foi nove reais e o imposto foi de 10%.

A atividade empresarial é exercida em instalações próprias, mas o equipamento é alugado de terceiros.

Na avaliação monetária dessa chácara temos que:

- as instalações físicas valem R\$ 10.000,00;
- os equipamentos valem R\$ 5.000,00;
- o aluguel mensal dos equipamentos é de R\$ 300,00;
- o salário mensal do caseiro é de dois salários-mínimos;
- os frangos custaram R\$ 8,00 por unidade, isentos de impostos.

Calculando-se o patrimônio final dessa entidade, com base nas informações prestadas, certamente, no início do ano se encontrará um:

- passivo exigível de R\$ 3.200,00.
- patrimônio líquido de R\$ 14.800,00.
- patrimônio bruto de R\$ 18.300,00.
- patrimônio líquido de R\$ 13.600,00.
- patrimônio bruto de R\$ 23.300,00.

4 - A firma comercial Alvorada Mineira Ltda. adquiriu um bem de uso por R\$ 6.000,00, pagando uma entrada de 25% em dinheiro e financiando o restante em três parcelas mensais e iguais. A operação foi tributada com ICMS de 12%.

Ao ser contabilizada a operação acima, o patrimônio da firma Alvorada evidenciará um aumento no ativo no valor de:

- R\$ 6.720,00.
- R\$ 5.280,00.
- R\$ 5.220,00.
- R\$ 3.780,00.
- R\$ 4.500,00.

5 - Exemplificamos, abaixo, os dados contábeis colhidos no fim do período de gestão de determinada entidade econômico-administrativa:

- dinheiro existente	200,00	- máquinas	400,00
- dívidas diversas	730,00	- contas a receber	540,00
- rendas obtidas	680,00	- empréstimos bancários	500,00
- mobília	600,00	- contas a pagar	700,00
- consumo efetuado	240,00	- automóveis	800,00
- capital registrado	650,00	- casa construída	480,00

Segundo a Teoria Personalística das Contas e com base nas informações contábeis acima, pode-se dizer que, neste patrimônio, está sob responsabilidade dos agentes consignatários o valor de:

- a) R\$ 1.930,00.
 - b) R\$ 2.330,00.
 - c) R\$ 2.480,00.
 - d) R\$ 3.020,00.
 - e) R\$ 3.130,00.
- 6 - A quitação de títulos com incidência de juros ou outros encargos deve ser contabilizada em lançamentos de segunda ou de terceira fórmulas, conforme o caso, pois envolve, ao mesmo tempo, contas patrimoniais e de resultado.

Especificamente, o recebimento de duplicatas, com incidência de juros, deve ter o seguinte lançamento contábil:

- a) débito de caixa e crédito de duplicatas e de juros.
- b) débito de duplicatas e crédito de caixa e de juros.
- c) débito de juros e de caixa e crédito de duplicatas.
- d) débito de caixa e de duplicatas e crédito de juros.
- e) débito de duplicatas e de juros e crédito de caixa.

7 - A firma Comercial de Produtos Frutíferos Ltda., que encerrou seu exercício social no último dia do ano civil, contabilizou por duas vezes o mesmo fato contábil em 31/10/2008, caracterizando o erro de escrituração conhecido como duplicidade de lançamento. Esse erro só foi constatado no exercício seguinte.

Os lançamentos foram feitos a débito de conta do resultado e a crédito de conta do passivo circulante. Em face dessa ocorrência, pode-se dizer que, no balanço patrimonial de 31/12/2008:

- a) o ativo circulante da empresa foi subavaliado.
- b) o patrimônio líquido da empresa apresentou uma redução indevida.
- c) o passivo circulante da empresa apresentou uma redução indevida.
- d) a situação líquida da empresa foi superavaliada.
- e) a situação líquida da empresa não foi afetada.

8 - A empresa Revendedora S.A. alienou dois veículos de sua frota de uso, por R\$ 29.000,00, a vista.

O primeiro desses carros já era da empresa desde 2005, tendo entrado no balanço de 2007 com saldo de R\$ 25.000,00 e depreciação acumulada de 55%.

O segundo veículo foi comprado em primeiro de abril de 2008 por R\$ 10.000,00, não tendo participado do balanço do referido ano de 2007.

A empresa atualiza o desgaste de seus bens de uso em períodos mensais.

Em 30 de setembro de 2008, quando esses veículos foram vendidos, a empresa registrou seus ganhos ou perdas de capital com o seguinte lançamento de fórmula complexa:

a)	Diversos		
	a Diversos		
	Caixa	29.000,00	
	Perdas de Capital	<u>6.000,00</u>	35.000,00
	a Veículo "A"	25.000,00	
	a Veículo "B"	<u>10.000,00</u>	35.000,00
b)	Diversos		
	a Diversos		
	Caixa	29.000,00	
	Depreciação Acumulada	<u>13.750,00</u>	42.750,00
	a Veículos	35.000,00	
	a Ganhos de Capital	<u>7.750,00</u>	42.750,00
c)	Diversos		
	a Diversos		
	Caixa	29.000,00	
	Depreciação Acumulada	<u>17.500,00</u>	46.500,00
	a Veículos	35.000,00	
	a Ganhos de Capital	<u>11.500,00</u>	46.500,00
d)	Diversos		
	a Diversos		
	Caixa	29.000,00	
	Depreciação Acumulada	<u>19.000,00</u>	48.000,00
	a Veículos	35.000,00	
	a Ganhos de Capital	<u>13.000,00</u>	48.000,00
e)	Diversos		
	a Diversos		
	Caixa	29.000,00	
	Depreciação Acumulada	<u>18.500,00</u>	47.500,00
	a Veículos	35.000,00	
	a Ganhos de Capital	<u>12.500,00</u>	47.500,00

9 - No balanço patrimonial encerrado em 31/12/2007, a empresa Previdente S.A. apresentava a conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com saldo de R\$ 13.200,00. Durante o ano de 2008 a empresa baixou créditos incobráveis no valor de R\$ 7.000,00 e teve comprovada a experiência de perdas no recebimento de créditos, ocorrida nos últimos três anos, em média de 4%.

Em 31/12/2008, data de encerramento do exercício social, a empresa tinha créditos a receber no valor de R\$ 180.000,00, dos quais R\$ 20.000,00 eram devidos por uma firma que abriu concordata, conseguindo um acordo judicial à base de 68%.

Ao contabilizar uma nova provisão no exercício de 2008, o contador deverá constituir para o balanço um saldo de

- R\$ 5.800,00.
- R\$ 6.000,00.
- R\$ 7.200,00.
- R\$ 12.800,00.
- R\$ 19.600,00.

10- A diminuição do valor dos elementos do ativo será registrada periodicamente nas contas de:

- exaustão, quando corresponder à perda de valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- depreciação, quando corresponder à perda do valor de capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial.
- amortização, quando corresponder à perda de valor, decorrente da exploração de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.
- provisão para ajuste ao valor de mercado, quando corresponder à perda pelo ajuste do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for superior.
- provisão para perdas prováveis, quando corresponder à perda por ajuste ao valor provável de realização, quando este for inferior.

11- A relação seguinte refere-se aos títulos contábeis constantes do livro Razão da empresa comercial Concórdia Sociedade Anônima, e respectivos saldos, em 31 de dezembro de 2008:

01 – Bancos Conta Movimento	17.875,00
02 – Bancos Conta Empréstimos	50.000,00
03 – Conta Mercadorias	42.500,00
04 – Capital Social	105.000,00
05 – Móveis e Utensílios	280.000,00
06 – ICMS a Recolher	7.500,00
07 – Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	212.500,00
08 – Salários e Ordenados	10.000,00
09 – Contribuições de Previdência	3.750,00
10 – Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.500,00
11 – Depreciação Acumulada	44.800,00
12 – Retenção de Lucros	51.200,00
13 – Vendas de Mercadorias	352.000,00
14 – Impostos e Taxas	2.200,00
15 – PIS e COFINS	8.625,00
16 – ICMS sobre vendas	52.500,00
17 – Pró-labore	7.600,00
18 – Fornecedores	157.750,00
19 – PIS e COFINS a Recolher	1.800,00
20 – Duplicatas a Receber	100.000,00
21 – Encargos de Depreciação	32.000,00
22 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.000,00

Ao elaborar o balancete geral de verificação, no fim do exercício social, com as contas e saldos apresentados, a empresa, certamente, encontrará:

- um saldo devedor a maior em R\$ 25.600,00.
- um saldo credor a menor em R\$ 100.000,00.
- um endividamento de R\$ 167.050,00.
- um balancete fechado em R\$ 773.050,00.
- um lucro com mercadorias de R\$ 137.500,00.

12- A Lei n. 6.404/76, com suas diversas atualizações, determina que, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, exprimindo com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício, a diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras:

- balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado.
- balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e, se companhia aberta, demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

13- Em 31.12.2008, a empresa Baleias e Cetáceos S/A colheu em seu livro Razão as seguintes contas e saldos respectivos com vistas à apuração do resultado do exercício:

01 - Vendas de Mercadorias	R\$ 12.640,00
02 - Duplicatas Descontadas	R\$ 4.000,00
03 - Aluguéis Ativos	R\$ 460,00
04 - Juros Passivos	R\$ 400,00
05 - ICMS sobre vendas	R\$ 2.100,00
06 - Fornecedores	R\$ 3.155,00
07 - Conta Mercadorias	R\$ 1.500,00
08 - FGTS	R\$ 950,00
09 - Compras de Mercadorias	R\$ 3.600,00
10 - ICMS a Recolher	R\$ 1.450,00
11 - Clientes	R\$ 4.500,00
12 - Salários e Ordenados	R\$ 2.000,00
13 - PIS s/Faturamento	R\$ 400,00
14 - COFINS	R\$ 1.100,00
15 - Frete sobre vendas	R\$ 800,00
16 - Frete sobre compras	R\$ 300,00
17 - ICMS sobre compras	R\$ 400,00

O inventário realizado em 31.12.08 acusou a existência de mercadorias no valor de R\$ 1.000,00.

Considerando que na relação de saldos acima estão indicadas todas as contas que formam o resultado dessa empresa, pode-se dizer que no exercício em causa foi apurado um Lucro Operacional Bruto no valor de

- a) R\$ 5.040,00.
- b) R\$ 6.540,00.
- c) R\$ 2.350,00.
- d) R\$ 4.240,00.
- e) R\$ 9.040,00.

14- No mercadinho de José Maria Souza, que ele, orgulhosamente, chama de Supermercado Barateiro, o Contador recebeu a seguinte documentação:

Inventário físico-financeiro de mercadorias:	
elaborado em 31.12.2007:	R\$ 90.000,00
elaborado em 31.12.2008:	R\$ 160.000,00
Notas-fiscais de compras de mercadorias:	
Pagamento a vista	R\$ 120.000,00
Pagamento a prazo	R\$ 80.000,00
Notas-fiscais de vendas de mercadorias:	
Recebimento a vista	R\$ 90.000,00
Recebimento a prazo	R\$ 130.000,00

Os fretes foram cobrados à razão de R\$ 25.000,00 sobre as compras e de R\$ 15.000,00 sobre as vendas; o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços foi calculado à razão de 15% sobre as compras e sobre as vendas. Não há ICMS sobre os fretes, nem outro tipo de tributação nas operações.

Com base nessa documentação, coube ao Contador contabilizar as operações e calcular os custos e lucros do Supermercado. Terminada essa tarefa, podemos dizer que foi calculado um lucro bruto de vendas, no valor de

- a) R\$ 47.000,00.
- b) R\$ 62.000,00.
- c) R\$ 87.000,00.
- d) R\$ 90.000,00.
- e) R\$ 97.000,00.

15- A empresa Livre Comércio e Indústria S.A. apurou, em 31/12/2008, um lucro líquido de R\$ 230.000,00, antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e das participações estatutárias.

As normas internas dessa empresa mandam destinar o lucro do exercício para reserva legal (5%); para reservas estatutárias (10%); para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (25%); e para dividendos (30%).

Além disso, no presente exercício, a empresa determinou a destinação de R\$ 50.000,00 para participações estatutárias no lucro, sendo R\$ 20.000,00 para os Diretores e R\$ 30.000,00 para os empregados.

Na contabilização do rateio indicado acima, pode-se dizer que ao pagamento dos dividendos coube a importância de:

- a) R\$ 39.000,00.
- b) R\$ 35.700,00.
- c) R\$ 37.050,00.
- d) R\$ 34.627,50.
- e) R\$ 33.150,00.

16- Na Contabilidade da empresa Atualizadíssima S.A. os bens depreciables eram apresentados com saldo de R\$ 800.000,00 em 31/03/2008, com uma Depreciação Acumulada, já contabilizada, com saldo de R\$ 200.000,00, nessa data.

Entretanto, em 31/12/2008, o saldo da conta de bens depreciables havia saltado para R\$ 1.100.000,00, em decorrência da aquisição, em primeiro de abril, de outros bens com vida útil de 5 anos, no valor de R\$ 300.000,00.

Considerando que todo o saldo anterior é referente a bens depreciables à taxa anual de 10%, podemos dizer que no balanço patrimonial a ser encerrado em 31 de dezembro de 2008 o saldo da conta Depreciação Acumulada deverá ser de

- a) R\$ 340.000,00.
- b) R\$ 320.000,00.
- c) R\$ 325.000,00.
- e) R\$ 305.000,00.
- d) R\$ 290.000,00.

17- Ao elaborar a folha de pagamento relativa ao mês de abril, a empresa Rosácea Areal Ltda. computou os seguintes elementos e valores:

Salários e ordenados	R\$ 63.000,00
Horas-extras	R\$ 3.500,00
Salário-família	R\$ 80,00
Salário-maternidade	R\$ 1.500,00
INSS contribuição Segurados	R\$ 4.800,00
INSS contribuição Patronal	R\$ 9.030,00
FGTS	R\$ 5.320,00

Considerando todas essas informações, desconsiderando qualquer outra forma de tributação, inclusive de imposto de renda na fonte, pode-se dizer que a despesa efetiva a ser contabilizada na empresa será de

- a) R\$ 66.500,00.
- b) R\$ 79.270,00.
- c) R\$ 80.850,00.
- d) R\$ 77.630,00.
- e) R\$ 87.230,00.

18- Em fevereiro de 2008 a empresa Calcedônia Minerais S.A. investiu R\$ 350.000,00 em ações de outras companhias, contabilizando a transação em seu ativo permanente. Desse investimento, R\$ 200.000,00 deverão ser avaliados por "Equivalência Patrimonial" e R\$ 150.000,00, pelo Método do Custo.

Durante o exercício em questão, as empresas investidas obtiveram lucros que elevaram seus patrimônios líquidos em 4%, tendo elas distribuído dividendos de tal ordem que coube à Calcedônia o montante de R\$ 6.000,00, sendo metade para os investimentos avaliados por Equivalência Patrimonial e metade para os investimentos avaliados pelo método do custo.

Com base nessas informações, podemos afirmar que, no balanço patrimonial da empresa Calcedônia Minerais S.A. relativo ao exercício de 2008, deverá constar contabilizado um investimento no valor de

- a) R\$ 350.000,00.
- b) R\$ 361.000,00.
- c) R\$ 358.000,00.
- d) R\$ 364.000,00.
- e) R\$ 355.000,00.

19- Assinale abaixo a opção que indica uma afirmativa verdadeira.

- a) A análise contábil subdivide-se em análise de estrutura; análise por quocientes; e análise por diferenças absolutas.
- b) A análise da alavancagem financeira é utilizada para medir o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.
- c) A análise econômica é a tradicionalmente efetuada por meio de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazos da velocidade do giro dos recursos.
- d) A análise financeira é utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.
- e) A verdadeira análise das demonstrações contábeis se restringe à avaliação de ativos e passivos utilizando-se dos princípios e demais regras constantes, das Normas Brasileiras de Contabilidade, da lei das S.A. e do regulamento do Imposto de Renda.

20- A seguir, são apresentados dados do balanço patrimonial da empresa Comercial Analisada S.A., simplificados para facilidade de cálculos:

Caixa	R\$ 10.000,00
Duplicatas a Receber (a longo prazo)	R\$ 8.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 13.000,00
Bancos c/Movimento	R\$ 22.000,00
Títulos a Pagar (a longo prazo)	R\$ 9.000,00
Capital Social	R\$ 60.000,00
Mercadorias	R\$ 30.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 31.000,00
Contas a Receber	R\$ 15.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 7.000,00

Elaborando a análise das demonstrações financeiras dessa empresa, o Contador encontrará os seguintes elementos:

- a) Liquidez Imediata = 1,75.
- b) Liquidez Corrente = 1,45.
- c) Liquidez Geral = 0,71.
- d) Liquidez Seca = 1,07.
- e) Grau de Endividamento = 0,57.

AUDITORIA

- 21- A responsabilidade primária na prevenção e detecção de fraudes e erros é:
- do conselho de administração.
 - da auditoria interna.
 - da auditoria externa.
 - da administração.
 - do comitê de auditoria.
- 22- A empresa de prestação de serviços NBA Informática S.A. tem seus processos integrados sistemicamente. A folha de salários é integrada à contabilidade mensalmente. No mês de julho de 2009, não foi feita a parametrização no sistema, para contabilização de uma nova verba de horas extras a pagar, de 100% de acréscimo. A folha de pagamentos apresentava remuneração de R\$ 20.000,00 nessa verba. Dessa forma, pode-se afirmar que:
- o passivo está subavaliado e o resultado está subavaliado.
 - o ativo está subavaliado e o passivo está superavaliado.
 - o passivo está superavaliado e o resultado está superavaliado.
 - os saldos estão adequados sem subavaliação ou superavaliação.
 - o passivo está superavaliado e o resultado está subavaliado.
- 23- O auditor, ao realizar auditoria na empresa Construção S.A., aplicou todos os procedimentos de auditoria necessários ao trabalho, realizando os trabalhos em conformidade com as normas de auditoria. Ao solicitar a carta de responsabilidade da administração da empresa, esta deve ser emitida na data
- do término dos relatórios de revisão.
 - de emissão do parecer dos auditores.
 - da publicação das demonstrações contábeis.
 - de encerramento das demonstrações contábeis.
 - em que o auditor finalizar os trabalhos em campo.
- 24- O auditor, ao realizar o processo de escolha da amostra, deve considerar:
- que cada item que compõe a amostra é conhecido como unidade de amostragem;
 - que estratificação é o processo de dividir a população em subpopulações, cada qual contendo um grupo de unidades de amostragem com características homogêneas ou similares;
 - na determinação do tamanho da amostra, o risco de amostragem, sem considerar os erros esperados.
- Somente a I é verdadeira.
 - Todas são falsas.
 - I e III são verdadeiras.
 - Todas são verdadeiras.
 - Somente a II é verdadeira.
- 25- O auditor da empresa Negócios S.A. estabeleceu três procedimentos obrigatórios para emissão do parecer. O primeiro, que a empresa renovasse o contrato de auditoria para o próximo ano, o segundo, que a empresa emitisse a carta de responsabilidade da administração e o terceiro, que o parecer seria assinado por sócio do escritório de contabilidade, cuja única formação é administração de empresas. Pode-se afirmar, com relação aos procedimentos, respectivamente, que:
- é ético, não é procedimento de auditoria e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
 - é ético, não deve ser considerado para emissão do parecer e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
 - não é ético, é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
 - é ético, considera-se apenas em alguns casos para emissão do parecer e não atende as normas de auditoria e pessoa do auditor.
 - não é ético, não é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
- 26- A empresa Agrotóxicos S.A. tem seus produtos espalhados por diversos representantes, em todas as regiões do Brasil. Seu processo de vendas é por consignação, recebendo somente após a venda. O procedimento de auditoria que garantiria confirmar a quantidade de produtos existentes em seus representantes seria:
- circularização.
 - custeio ponderado.
 - custeio integrado.
 - inventário físico.
 - amostragem.

27- O auditor da empresa Encerramento S.A. obteve evidências da incapacidade de continuidade da entidade, nos próximos 6 meses. Dessa forma, deve o auditor:

- a) emitir parecer com abstenção de opinião por não conseguir determinar a posição econômica e financeira da empresa.
- b) emitir parecer com ressalva, limitando o escopo dos trabalhos pelas restrições financeiras apresentadas pela atividade.
- c) emitir parecer sem ressalva, mas estabelecendo que a empresa apresente as demonstrações contábeis, de forma a divulgar os valores dos ativos e passivos por valor de realização.
- d) informar, em parágrafo de ênfase no parecer, os efeitos da situação na continuidade operacional da empresa de forma que os usuários tenham adequada informação sobre a situação.
- e) relatar em parecer adverso os efeitos no patrimônio que o processo de descontinuidade ocasiona, trazendo os valores dos ativos e passivos, a valor de realização.

28- O auditor externo, ao realizar auditoria na empresa Participações S.A., constatou contrato de mútuo entre companhias coligadas, com taxas de juros de 4% a.m. e sem o recolhimento do IOF sobre a operação. Considerando que a taxa de juros praticada no mercado, no período do contrato, era de 2% a.m., o auditor pode afirmar que a transação:

- a) está irregular, por ter condições superiores às praticadas pelo mercado, bem como sem a retenção do IOF, obrigatório em todas as transações financeiras.
- b) é normal, exceto quanto ao não recolhimento do IOF, que é obrigatório nas operações de crédito.
- c) é irregular por não ser permitido empréstimos entre companhias do grupo, mas que está correta sobre o não recolhimento do IOF, o qual não incide em operações feitas entre empresas não financeiras.
- d) é normal, visto que operações feitas entre companhias do mesmo grupo devem praticar taxas de juros superiores às praticadas pelo mercado.
- e) é normal e está dentro das práticas estabelecidas pelo mercado para operações dessa natureza.

29- Com relação aos relatórios de auditoria interna, pode-se afirmar que:

- a) devem estar disponíveis a qualquer administrador da empresa, sem restrição.
- b) somente devem ser emitidos antes do final dos trabalhos, quando houver irregularidades que requeiram ações imediatas.
- c) podem relatar parcialmente os riscos associados aos possíveis pontos a serem levantados pela auditoria externa.
- d) podem considerar posições de interesse da administração e dos gestores, sendo conduzidos aos interesses desses.
- e) não devem ser emitidos antes do final dos trabalhos, por não possuírem informações completas.

30- A auditoria externa realizou na empresa Avalia S.A. o cálculo do índice de rotatividade dos estoques para verificar se apresentava índice correspondente às operações praticadas pela empresa. Esse procedimento técnico básico corresponde a:

- a) inspeção.
- b) observação.
- c) investigação.
- d) confronto.
- e) revisão analítica.

31- A empresa Evolution S.A. comprou novo sistema de faturamento para registro de suas vendas. A auditoria externa realizou testes para confirmar se todas as operações de vendas, efetivamente, haviam sido registradas na contabilidade. Esse procedimento tem como objetivo confirmar a:

- a) existência.
- b) ocorrência.
- c) mensuração.
- d) divulgação.
- e) abrangência.

- 32- O auditor, ao avaliar as provisões para processos trabalhistas elaboradas pela Empresa Projeções S.A., percebeu que nos últimos três anos, os valores provisionados ficaram distantes dos valores reais. Dessa forma, deve o auditor:
- estabelecer novos critérios para realização das estimativas pela empresa, no período.
 - ressalvar o parecer, por inadequação dos procedimentos, dimensionando os reflexos nas demonstrações contábeis.
 - avaliar se houve o ajuste dos procedimentos, para permitir estimativas mais apropriadas no período.
 - exigir que seja feita uma média ponderada das perdas dos últimos três anos, para estabelecer o valor da provisão.
 - determinar que a administração apresente novos procedimentos de cálculos que garantam os valores registrados.
- 33- A empresa Parcial S.A. realizou o estorno da Reserva de Reavaliação, conforme permissibilidade estabelecida pela Lei n. 11.638/2007. No entanto, o contador não realizou o estorno dos impostos pertinentes à reavaliação. Dessa forma pode-se afirmar que:
- a conta de imposto de renda diferido está superavaliada.
 - a conta de investimento reavaliação está adequada.
 - a conta de resultado do exercício está subavaliada.
 - a conta de lucros acumulados está superavaliada.
 - a conta de reserva de reavaliação está superavaliada.
- 34- A empresa Grandes Resultados S.A. possui prejuízos fiscais apurados nos últimos três anos. A empresa estava em fase pré-operacional e agora passou a operar em plena atividade. As projeções para os próximos cinco anos evidenciam lucros. O procedimento técnico básico que aplicado pelo auditor constataria esse evento seria:
- circularização.
 - inspeção.
 - cálculo.
 - ocorrência.
 - inventário físico.
- 35- A empresa Eletronics S.A. fabrica televisores de LCD de última geração. A garantia convencional é dada para três anos e a garantia oferecida é estendida para mais um ano mediante pagamento complementar. Como o custo é baixo, em 90% dos casos o cliente adquire. A empresa registra o valor da venda do televisor como receita de vendas e a garantia estendida como receita de serviços, no resultado. Pode-se afirmar que, nesse caso, não está sendo atendido o princípio:
- da competência.
 - do custo como base do valor.
 - da entidade.
 - da neutralidade.
 - da continuidade.
- 36- A empresa Grandes Negócios S.A. adquiriu a principal concorrente, após o encerramento do balanço e a emissão do parecer pelos auditores. No entanto, a empresa ainda não havia publicado suas demonstrações com o parecer. Nessa situação, a firma de auditoria deve:
- manter o parecer com data anterior ao evento, dando encerramento aos trabalhos.
 - estabelecer que a empresa inclua o evento relevante nas notas explicativas.
 - decidir se as demonstrações devem ser ajustadas, discutir o assunto com a administração e tomar as medidas apropriadas às circunstâncias.
 - refazer o parecer considerando as novas informações, determinando nova data para publicação das demonstrações contábeis.
 - obrigatoriamente, rever o parecer considerando o fato relevante.
- 37- No processo de amostragem o LSE – Limite Superior de Erro para superavaliações é determinado pela:
- soma do erro estimado e da confiabilidade da amostra.
 - divisão da população pela amostra estratificada.
 - divisão do erro total pela população escolhida.
 - soma do erro projetado e da provisão para risco de amostragem.
 - subtração do erro total, do desvio das possíveis perdas amostrais.

38- Na emissão de parecer com abstenção de opinião para as demonstrações contábeis de uma entidade, pode-se afirmar que:

- a) não suprime a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio, independente da relevância ou materialidade, que possa influenciar a decisão do usuário dessas demonstrações.
- b) não elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão do usuário dessas demonstrações.
- c) exclui a responsabilidade do auditor de se manifestar sob qualquer aspecto das demonstrações.
- d) elimina a responsabilidade do auditor de emitir qualquer parecer devendo este comunicar à administração da empresa da suspensão dos trabalhos.
- e) extingue a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão do usuário dessas demonstrações.

39- A empresa de Transportes S.A. é uma empresa que tem seus registros contábeis e procedimentos estabelecidos por agência de fiscalização. A agência estabeleceu procedimento para registro das concessões que diverge significativamente, do procedimento estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nessa situação, deve o auditor emitir parecer:

- a) sem abstenção de opinião.
- b) sem ressalva, mas evidenciando em nota explicativa a divergência.
- c) com ressalva.
- d) com abstenção de opinião.
- e) adverso.

40- No processo de análise da continuidade dos negócios da empresa Extensão S.A., o auditor constatou que a empresa estava com passivo a descoberto. Os diretores financeiro e de produção pediram demissão, estando a empresa com dificuldades para substituí-los. A entidade foi atuada por impostos não recolhidos, sem grandes chances de sucesso em sua defesa. Esses fatos representam respectivamente indicadores:

- a) de operação, de operação e financeiro.
- b) de outras indicações, de operação e financeiro.
- c) financeiro, de operação e de outras indicações.
- d) financeiro, financeiro e de operação.
- e) financeiro, financeiro e financeiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

41- Sobre a organização do Estado brasileiro, é correto afirmar que:

- a) administrativamente, os municípios se submetem aos estados, e estes, por sua vez, submetem-se à União.
- b) quando existentes, os territórios federais gozam da mesma autonomia político-administrativa que os estados e o Distrito Federal.
- c) embora, por princípio, todos os entes federados sejam autônomos, em determinados casos, os estados podem intervir em seus municípios.
- d) o Distrito Federal é a capital federal.
- e) quando instituídas, as regiões metropolitanas podem gozar de prerrogativas políticas, administrativas e financeiras diferenciadas em relação aos demais municípios do estado.

42- Considerando os modelos teóricos de Administração Pública, é incorreto afirmar que, em nosso país:

- a) a abordagem gerencial foi claramente inspirada na teoria administrativa moderna, trazendo, para os administradores públicos, a linguagem e as ferramentas da administração privada.
- b) o patrimonialismo pré-burocrático ainda sobrevive, por meio das evidências de nepotismo, gerontocracia e designações para cargos públicos baseadas na lealdade política.
- c) no Núcleo Estratégico do Estado, a prevalência do modelo burocrático se justifica pela segurança que ele proporciona.
- d) o maior trunfo do gerencialismo foi fazer com que o modelo burocrático incorporasse valores de eficiência, eficácia e competitividade.
- e) tal como acontece com o modelo burocrático, o modelo gerencial adotado também se preocupa com a função controle.

43- O estudo das experiências de reformas administrativas havidas em nosso país permite concluir, acertadamente, que:

- a) no sentido weberiano do termo, o Brasil nunca chegou a ter um modelo de burocracia pública consolidada.
- b) a tentativa de modernização do aparelho de Estado, especialmente a da década de 1960, teve como consequência o fortalecimento da administração direta, em detrimento da administração indireta.
- c) a partir da década de 1990, caminhamos rumo a uma nova administração pública, de caráter gerencialista, visando consolidar o ideário keynesiano e o estado do bem-estar social.
- d) ao contrário de outros países, o modelo de nova gestão pública, adotado a partir dos anos 1990, possuiu inspiração autóctone e em nada se valeu das experiências britânica e estadunidense.

- e) a retórica da reforma dos anos 1930 avançou do ponto de vista dos princípios políticos que a orientaram, a saber: participação, *accountability* e controle social.
- 44- Uma correta análise da adoção da chamada Nova Gestão Pública, pelo Brasil, revela que:
- em sua forma original, a Constituição Federal de 1988 já disponibilizava a base legal suficiente para a implementação daquele novo modelo de gestão, sem a necessidade de reformas.
 - com o aumento da descentralização, visava-se reduzir o nível de *accountability* a que se submetiam os órgãos reguladores.
 - o Estado tinha por objetivo atuar mais como regulador e promotor dos serviços públicos, buscando, preferencialmente, a descentralização, a desburocratização e o aumento da autonomia de gestão.
 - no plano federal, a implementação das Organizações Sociais sagrou-se vitoriosa, havendo, hoje, milhares delas espalhadas pelo país, prestando serviços públicos essenciais.
 - toda a máquina pública passou a adotar o controle por resultados, razão pela qual foram descontinuados alguns mecanismos de controle financeiro e orçamentário até então existentes.
- 45- Sobre o tema 'governabilidade, governança e *accountability*', assinale a opção incorreta.
- O conceito de governança possui um caráter mais amplo que o conceito de governabilidade.
 - Governança pode ser entendida como um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas.
 - As parcerias público-privadas (PPPs) constituem um exemplo de coordenação de atores estatais e não estatais, típico da governança.
 - A *accountability* visa a fortalecer o controle social e político, em detrimento do controle burocrático.
 - A governabilidade refere-se mais à dimensão estatal do exercício do poder.
- 46- Sob o ponto de vista do cidadão, podemos afirmar que os seguintes mecanismos, todos acessíveis pela Internet, são mantidos pelo governo federal como instrumentos de transparência, exceto:
- ComprasNet.
 - Portal da Transparência.
 - Portal Brasil.
 - Portal de Convênios.
 - SIAFI.
- 47- No âmbito da administração pública, o empreendedorismo pressupõe a incorporação dos seguintes comportamentos, exceto:
- substituição do foco no controle dos *inputs* pelo controle dos *outputs* e seus impactos.
 - adoção de uma postura reativa, em detrimento da proativa, e elaboração de planejamento estratégico, de modo a antever problemas potenciais.
 - criação de mecanismos de competição dentro das organizações públicas e entre organizações públicas e privadas.
 - participação dos cidadãos nos momentos de tomada de decisão.
 - aumento de ganhos por meio de aplicações financeiras e ampliação da prestação de serviços remunerados.
- 48- A compreensão adequada do ciclo de gestão do governo federal implica saber que:
- a não-aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias impede o recesso parlamentar.
 - a função controle precede à execução orçamentária.
 - com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o orçamento de investimento das empresas estatais passou a integrar o plano plurianual.
 - a votação do plano plurianual segue o rito de lei complementar.
 - no último ano de um mandato presidencial qualquer, à lei de diretrizes orçamentárias compete balizar a elaboração do projeto de lei do plano plurianual subsequente.
- 49- O controle externo da administração pública federal é exercido:
- pela Câmara dos Deputados.
 - pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - pelo Tribunal de Contas da União.
 - pelo Senado Federal.
 - pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do sistema de controle interno de cada Poder.
- 50- Para ser eficaz, uma política de promoção da ética no serviço público deve enfatizar as seguintes ações, exceto:
- identificação pormenorizada de padrões éticos a serem observados por detentores de cargos de confiança.
 - acompanhamento sistemático, por meio de instrumentos próprios de auditoria e da observância de regras de conduta.
 - criação de instrumentos institucionais pedagógicos de esclarecimento sobre o conteúdo de normas éticas.
 - estabelecimento de regras flexíveis para o trato de transgressões de menor potencial.
 - criação de regras de quarentena extremamente rígidas.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

51- Considere as seguintes informações extraídas de um sistema de contas nacionais, em unidades monetárias:

Poupança privada: 300
Investimento privado: 200
Poupança externa: 100
Investimento público: 300

Com base nessas informações, pode-se considerar que a poupança do governo foi:

- a) de 200 e o superávit público foi de 100.
- b) de 100 e o superávit público foi de 200.
- c) negativa e o déficit público foi nulo.
- d) igual ao déficit público.
- e) de 100 e o déficit público foi de 200.

52- Considere a seguinte identidade macroeconômica básica:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

onde C = consumo agregado;
I = investimento agregado; e
G = gastos do governo.

Para que Y represente a Renda Nacional, $(X - M)$ deverá representar o saldo:

- a) da balança comercial.
- b) da balança comercial mais o saldo da conta de turismo.
- c) do balanço de pagamentos em transações correntes.
- d) da balança comercial mais o saldo da conta de serviços.
- e) total do balanço de pagamentos.

53- Considere o modelo de determinação da renda com as seguintes informações, em unidades monetárias (quando for o caso):

$C = 100 + 0,8.Y$
 $M = 50 + m.Y$
 $X = 100$
 $G = 100$
 $I = 200$

onde:

Y = produto agregado;
C = consumo agregado;
G = gastos do governo;
I = investimento agregado;
X = exportações;
M = importações; e
"m" uma constante positiva.

Considerando uma renda agregada de equilíbrio igual a 900, a propensão marginal a importar será igual a:

- a) 0,50
- b) 0,30

- c) 0,20
- d) 0,15
- e) 0,25

54- Considere o modelo IS/LM sem os casos clássico e da armadilha da liquidez. É incorreto afirmar que:

- a) uma política fiscal expansionista reduz a demanda por moeda.
- b) um aumento da base monetária reduz a taxa de juros.
- c) um aumento dos gastos do governo eleva a taxa de juros.
- d) quanto maior a renda, maior a demanda por moeda.
- e) quanto maior a taxa de juros, menor a demanda por moeda.

55- Considere o Modelo de Solow dado pelas seguintes equações e informações:

$$y = k^{0,5}$$
$$\delta = 0,05$$

onde:

y = produto por trabalhador;
k = estoque de capital por trabalhador;
 δ = taxa de depreciação.

Supondo a taxa de crescimento populacional igual a zero, a taxa ótima de poupança dada pela "regra de ouro" gera um nível ótimo de investimento por trabalhador igual a:

- a) 10,0
- b) 2,5
- c) 25,0
- d) 5,0
- e) 1,5

56- Na despesa pública do Brasil, a rubrica OCC (Outras Despesas Correntes e de Capital) corresponde – ressalvadas certas contas de menor importância – ao valor das despesas do Governo Central, excetuados quatro grandes itens. Indique o item não pertinente.

- a) Amortização da dívida interna.
- b) Benefícios previdenciários.
- c) Transferências constitucionais.
- d) Juros da dívida pública.
- e) Pessoal.

57- Em matéria de tributação, não se pode afirmar que:

- a) segundo o princípio da neutralidade, as decisões sobre alocação de recursos baseiam-se nos preços relativos determinados pelo mercado.
- b) os impostos em cascata são cobrados indistintamente de todos os agentes, nas transações intermediárias, somando-se ao preço dos insumos e do produto final.
- c) os impostos de renda são progressivos e, portanto, mais justos ou equânimes do ponto de vista fiscal.
- d) a carga tributária de um país é considerada progressiva quando é realizada, principalmente, por meio de impostos incidentes sobre a produção industrial.
- e) um imposto proporcional sobre a renda seria neutro, do ponto de vista do controle da demanda agregada, pois a renda total, a renda disponível e o gasto em consumo crescem às mesmas taxas.

58- Com relação ao Plano Plurianual (PPA), aponte a única opção incorreta.

- a) É exigido que o PPA seja apresentado ao Congresso Nacional até 15 de abril do primeiro dos quatro anos do mandato do Presidente da República.
- b) Um aspecto importante do PPA é sua integração das despesas correntes e de capital, obtida por meio do foco em programas.
- c) O PPA foi instituído pela Constituição de 1988.
- d) O PPA de 2000-2003, o Avança Brasil, reflete a nova classificação programática.
- e) Os programas do PPA podem abranger atividades desenvolvidas por diferentes Ministérios.

59- Os principais pontos da reforma da Previdência Social brasileira, entre outros, são os seguintes, exceto:

- a) aplicação de teto remuneratório geral (federal, estadual e municipal).
- b) idade de referência para os atuais servidores sobe de 50/55 (H/M) para 65/70 (H/M), incluindo-se regras que desestimulam a aposentadoria precoce.
- c) nova regra permanente de cálculo de aposentadoria e pensões, alinhada com a regra do Regime Geral.
- d) teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) também para os futuros servidores públicos, desde que seja constituída a sua previdência complementar.
- e) contribuição solidária de aposentados e pensionistas à estabilidade do Regime Próprio de Previdência Social.

60- Com relação à descentralização fiscal no Brasil, indique a opção falsa.

- a) Com o agravamento da crise econômica e o processo de redemocratização do país ao fim dos anos 1970, as esferas subnacionais de governo começaram sua luta pela descentralização tributária.
- b) O processo de descentralização, iniciado nos anos 1980 e aprofundado com a Constituição de 1988, teve basicamente uma motivação política.
- c) A partir da Constituição de 1988, a combinação de maiores receitas, com assunção de responsabilidades que inicialmente eram da União, levou a soma de estados e municípios a ter uma participação crescente no total do gasto público do país.
- d) Em meados dos anos 1990, o processo de descentralização fiscal foi aprofundado com a criação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).
- e) A federação brasileira é marcada por expressivas disparidades sócio-econômicas que se refletem em diferentes capacidades fiscais.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br